Notícias do dia 17 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 34

O POPULAR - GO - OPINIÃO
TCE - GO
Assembleia espera poeira baixar para levar adiante indicação de Aidar ao TCM - GIRO 5

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Com receita maior, grupo orienta prefeitos a investirem em educação 6

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
TCE - GO
Rogério Cruz defende TCM 8

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Extinção do TCM reduz despesas e não vai prejudicar as prefeituras 10

FOLHA RONDONIENSE - RO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tribunais de Contas dos estados veem "confusão" em pedido da CPI sobre uso de recursos federais 12

CONJUNTURA ON-LINE - MS - DE BRASILIA
TCE - GO
Tribunais de Contas estão em dificuldade para elaborar respostas à CPI da Covid-19 14

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Três novas linhas de ônibus passam a circular na região Leste de Goiânia 16

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Região Leste recebe três novas linhas de ônibus a partir de quarta-feira, 19 17

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
PEC que acaba com o TCM em Goiás corre risco de perder assinaturas na Assembleia 18

JORNAL DAQUI ONLINE - GO - GERAL
TCE - GO
Região Leste de Goiânia ganha 3 novas linhas de ônibus 19

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Região Leste de Goiânia terá três novas linhas de ônibus 20

DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Região Leste ganha três novas linhas de ônibus 21

ABC DO ABC - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 22

R7 - BRASIL
TCE - GO

TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais 24

GAÚCHA ZH - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
TCE - GO
TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 26

BOL - NOTICIAS
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 28

CENTRAL GAZETA DE NOTICIAS - CGN - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 30

DIÁRIO DO GRANDE ABC - ON LINE - SP - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 32

DINHEIRO RURAL ONLINE - SP - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 35

ESTADO DE MINAS ONLINE - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 36

FASTERNET - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 38

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 40

TN - ON LINE - GRUPO TRIBUNA - POLITICA
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 42

ESTADÃO ONLINE - SP - POLÍTICA
TCE - GO
Tribunais de Contas vêem 'confusão' em pedido da CPI da Covid sobre uso de recursos federais na pandemia
. 44

DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Extinção do TCM reduz despesas e não vai prejudicar as prefeituras 46

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Assembleia espera poeira baixar para levar adiante indicação de Aidar ao TCM 48

AQUI NOTÍCIAS ONLINE - ES - POLÍTICA NACIONAL
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 49

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
CMTC cria três novas linhas para a região leste de Goiânia 51

O QUARTO PODER ONLINE - SÃO LUÍS - MA - BRASIL
TCE - GO
TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais 52

PODER GOIÁS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
CMTC cria três novas linhas de transporte coletivo na Região Leste 54

PORTAL NETTO REIS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Região Leste recebe três novas linhas de ônibus a partir de quarta-feira, 19 55

TRIBUNA DO AGRESTE - AL - POLÍTICA
TCE - GO
TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 56

TRIBUNA DO SERTÃO ONLINE- AL - POLÍTICA
TCE - GO
TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 58

VITÓRIA NEWS - ES - NOTICIAS
TCE - GO
TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia 60

O POPULAR - ON LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Assembleia espera poeira baixar para levar adiante indicação de Aidar ao TCM - GIRO 62

Assembleia espera poeira baixar para levar adiante indicação de Aidar ao TCM - GIRO

Caio Henrique Salgado

Apesar de a consolidação da aposentadoria do **conselheiro** Nilo Resende estar prevista para o início desta semana, com a publicação no Diário Oficial do Estado, não há previsão de data para a indicação do deputado estadual Humberto Aidar para a vaga aberta no Tribunal de Contas dos Municípios. Nos bastidores, parlamentares afirmam que o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), pretende deixar a poeira baixar para minimizar os desgastes provocados pela percepção de que a PEC apresentada para extinguir o órgão foi criada exclusivamente com o objetivo de pressionar. A tendência, dizem deputados, é rejeitar a proposta sem pressa, inclusive com a realização de pelo menos uma audiência pública. "Os órgãos (estaduais) e vários prefeitos estão todos contrários. Isso ajuda a criar o clima para a rejeição", avalia um deles. O primeiro capítulo dessa agenda deve ser uma reunião de Lissauer com **Edson Ferrari**, prevista para breve. O presidente do **Tribunal de Contas do Estado** vai mostrar estudo que aponta a incapacidade de absorver a estrutura de pessoal do tribunal, que já não está mais sob ameaça.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/17-maio-2021/1o-caderno

Com receita maior, grupo orienta prefeitos a investirem em educação

Diante do aumento das receitas na maioria dos municípios goianos em 2020, prefeitos e secretários têm sido orientados a identificar, o quanto antes, quais as maiores necessidades dos sistemas de educação de suas cidades para, assim, realizar os investimentos necessários, já tendo em vista o possível retorno das aulas presenciais na educação pública.

A questão tem sido monitorada pelo Gabinete de Articulação Contra os Efeitos da Pandemia na Educação Pública em **Goiás** (Gaepe-GO), grupo formado por membros dos tribunais de contas do Estado (**TCE**-GO) e dos Municípios (TCM-GO), Ministério Público, Judiciário, Defensoria Pública, além de gestores e representantes de conselhos de educação.

Conselheiro do TCM-GO e coordenador do Gaepe-GO, Fabrício Motta afirma que o grupo vai estimular o diagnóstico dos problemas, por escola e por aluno, a fim de que os municípios estimem o que precisam fazer para resolver as dificuldades. "É compra de equipamento: notebook, tablet? O problema é pacote de dados? A internet é ruim? Queremos dar as ferramentas para isso, porque é preciso investigar, e cada município precisa fazer o seu diagnóstico", diz.

Fabrício já havia informado ao POPULAR (ouça o episódio #111 do podcast Giro 360 nas principais plataformas) que boa parte dos municípios já havia informado ter problemas com conectividade, ponto fundamental, sobretudo no momento em que as aulas estão sendo dadas de maneira remota. À reportagem, ele ressalta também que as prefeituras precisam pensar no retorno das aulas presenciais.

Segundo ele, a recomendação é adiantar ao máximo esse trabalho. "A preparação para o retorno demanda investimentos, devido às medidas sanitárias, desde de adaptações físicas à compra de insumos. O que recomendamos é que o momento de investir não pode aguardar o retorno das aulas. O processo de aquisição é demorado e já perdemos muito tempo. Não podemos perder mais. É preciso entender quais são as necessidades de investimento e fazer, já que, em princípio, dinheiro não é problema."

Dados

Dados do TCM-GO, com base na prestação final de contas das prefeituras, mostram que, considerando toda a despesa liquidada com educação em 2020, apenas 60 cidades de **Goiás** apresentaram despesas acima da inflação (4,52%), o que denota falta de investimentos na área pela maioria das cidades.

Segundo Fabrício, a ideia do Gaepe-GO é mostrar aos prefeitos a necessidade de investir no sistema público de educação. "É preciso afastar o entendimento que não era preciso investir pelo fato de as escolas estarem paradas, porque, em algum momento, as aulas presenciais terão que retornar e esses investimentos têm que ser feitos com antecedência", relata.

Levando em consideração toda a despesa liquidada, 139 municípios aparecem como tendo reduzido seus gastos com educação. O cálculo não é o mesmo usado para aferir a aplicação do índice constitucional mínimo de 25% na área - nesta base de cálculo, como o POPULAR mostrou, em abril, a quantidade de prefeituras que diminuiu gastos com educação é maior: 174.

A diferença dos números se dá porque, para aplicação do índice constitucional, são considerados os gastos de receita de impostos das cidades na área, ficando de fora, por exemplo, outros recursos que possam ter sido gastos com educação, como dinheiro do socorro federal dado a Estados e municípios em 2020 como compensação à queda de receitas gerada pela Covid-19.

Conectividade

Um dos maiores problemas das prefeituras com educação identificados pelo Gaepe-GO foi justamente a conectividade. "Até 2019, as prefeituras estavam preocupadas em conectar as escolas, mas, com a pandemia, faltou conectividade nas casas dos alunos. Esse foi um problema sério", explica o auditor de controle externo do TCM-GO, e que também compõe o grupo, Roberto Coutinho.

Para ele, isso poderia ter sido resolvido com a compra de tablets, notebooks mais baratos e investimento em pacotes de dados. Um dos argumentos do Gaepe-GO é que a compra desses equipamentos não precisa ser realizada individualmente por cada cidade, mas pode ser feita em grupo, o que reduziria custos.

Nesse sentido, o trabalho do grupo junto aos gestores agora tem o objetivo de fazer com que 2021 seja diferente. "Em 2020, ficou um vazio pelo fato de os gestores não pegarem parte dos recursos que estavam sendo economizados com transporte escolar, merenda e manutenção de estrutura, além do aumento de receitas, e investir na conectividade dos alunos para que eles tivessem melhor aproveitamento e menor evasão escolar", relata. "Agora, é tentar mostrar isso para os gestores, para que não tenhamos mais um ano perdido."

Site: https://www.opopular.com.br/digital/17-maio-2021/1o-caderno

Rogério Cruz defende TCM

Redação

O prefeito de **Goiânia**, Rogério Cruz (Republicanos) assina manifesto coordenado pela Câmara Municipal em defesa do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), contra Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tramita na Assembléia Legislativa que propõem a extinção do órgão.

O manifesto, assinado pelos 35 vereadores, ressalta, em relação ao Poder Executivo, o trabalho eficiente, com transparência e imparcialidade realizado pelo TCM ao longo dos seus 44 anos de existência, e pontua que o Tribunal auxilia o prefeito na gestão de processos, aumentando a eficiência dos investimentos, além de facilitar o acompanhamento da população.

"Entendo essa proposta da Proposta e sei que ela não é política. Também tenho uma postura de respeitar a lei, ser responsável com o dinheiro público e agir com total transparência. Mas o TCM tem um trabalho importante no sentido de orientar investimentos públicos e assegurar o interesse do contribuinte, algo que, em toda a sua história, fizeram com análise extremamente técnica e transparente',' assegura o prefeito.

Rogério Cruz diz que a polêmica se dá pelo fato de **Goiás** ser um dos poucos estados que possuem um TCM, mas a lisura de sua atuação, mesmo entre os deputados estaduais, nunca sofreu nenhum questionamento. Ele entende que a Assembléia Legislativa tem prerrogativa e legitimidade em propor tal medida, mas diz que o TCM é um órgão importante, tanto na fiscalização das contas das prefeituras municipais, quanto no suporte técnico que oferece aos prefeitos, em auxílio às Câmaras Municipais.

O documento ressalta o trabalho eficiente, com transparência e imparcialidade realizado pelo TCM ao longo dos seus 44 anos de existência. Em relação ao Poder Executivo, o documento afirma que o Tribunal auxilia o prefeito na gestão de processos, aumentando a eficiência dos investimentos, além de facilitar o acompanhamento da população.

No manifesto da Câmara de **Goiânia**, o TCM é apontado como braço forte de gestores, vereadores e prefeitos. "Por isso, rogamos aos senhores deputados que revejam a tramitação da matéria, pois, sem o eu seguimento, trará prejuízos irreparáveis ao órgão e à sociedade',' defende o prefeito Rogério Cruz.

A PEC, de iniciativa do deputado Henrique Arantes (MDB), foi apresentada em plenário no dia 278 de abril, com 26 assinaturas. A partir da sua tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), teve início o prazo de dez sessões ordinárias para a apresentação de emendas. Ao final desse prazo, a proposta segue pra duas votações em plenário.

Desde então, a matéria vem sendo discutida, com deputados contra e a favor. Com a decisão do **conselheiro** Nilo Resende de pedir sua aposentaria como **conselheiro** do órgão, tudo indica que a PEC poderá ser arquivada, pois há unanimidade na indicação do deputado Humberto Aidar (MDB), para integrar o conselho do TCM. Na semana passada, os deputados Helio de Sousa (PSDB) e Sebastião caroço (DEM) já dão como certa a escolha do emedebista, o que pode resultar na suspensão da tramitação da proposta.

Pelo PEC, ficam extintos os cargos de **conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios, e os seus integrantes são postos em disponibilidade, a partir da publicação, com direito ao recebimento integral de suas remunerações, incluídos os subsídios, direitos e vantagens pecuniárias, garantidos os reajustes nas mesmas datas e proporção dos conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**).

No caso, todos os servidores efetivos do **TCE** **Goiás** ficam incorporados e aproveitados no **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, imediatamente a partir da publicação da presente Emenda Constitucional, caso seja aprovada pela **Alego**.

Enquadramento

O projeto prevê que será instituída comissão para elaboração do novo Plano de Cargos, carreiras e remuneração dos servidores, composta por servidores oriundos do Tribunal de Contas dos Municípios e do **Tribunal de Contas do Estado**, de forma paritária, que apresentará o resultado do trabalho ao presidente do Tribunal.

Os servidores inativos e pensionistas do extinto TCM, de acordo com a PEC, deverão integrar o quadro de inativos do **TCE**. Enquanto não entrarem em vigor as leis previstas na proposta, aplica-se a legislação vigente ao quadro de pessoal de cada uma das Cortes de Contas. O presidente do **TCE**, no prazo de até 20

dias úteis após a publicação desta Emenda Constitucional, se a mesma for aprovada, deverá publicar ato com a discriminação da lotação dos senadores oriundos do TCM nos quadros e órgãos internos do **Tribunal de Contas do Estado**.

Na sua justificativa, Henrique Arantes pontua que o modelo constitucionalmente proposto em âmbito nacional é o que o controle externo exercido pelos Parlamentos estaduais e municipais seja realizado com o auxílio do respectivo **Tribunal de Contas do Estado**. "Todavia, o constituinte permitiu o experimentalismo federativo em relação às então existentes cortes de contas, estaduais ou municipais, específicas para o controle externo municipal. Isso é, permitiu-se a continuidade dos Tribunais de Contas do Município e dos Municípios já existentes quando da promulgação da Constituição Federal'.'

No entanto, o parlamentar mostra que, contudo, não proibiu a futura extinção dessas cortes para adoção do modelo nacionalmente proposto, como já decidido próprio Supremo Tribunal Federal (ADI5.763). "Note-se que, uma vez extinto o TCM, suas atribuições e seus servidores efetivos serão incorporados no **Tribunal de Contas do Estado**, competente corte estadual dotada de estrutura e capacidade para o bom desempenho de suas funções. Assim sendo, e considerando que a extinção do mencionado órgão resultará economia estatal, tão importante no atual cenário, contamos com o apoio e aprovação desta proposta de emenda à Constituição pelos pares"

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210517

Extinção do TCM reduz despesas e não vai prejudicar as prefeituras

Não é verdadeira a afirmação de que uma eventual extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) pela Assembleia Legislativa causaria prejuízos ao controle externo das administrações municipais.

Tanto que atualmente só existe TCM em três Estados: **Goiás**, Bahia e Pará. Eram quatro, mas o do Ceará foi extinto em 2017.

Suas atribuições foram assumidas pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-CE) e os conselheiros, colocados em disponibilidade até adquirirem o direito de se aposentar.

E segundo informações obtidas junto a dois técnicos do **TCE**-CE, o trabalho de fiscalização das contas dos municípios cearenses pelo órgão está indo bem, embora ainda em fase de adaptação e organização.

Em São Paulo também existe TCM, mas para fiscalizar as contas apenas da cidade de São Paulo. O TCM-SP é custeado pelo orçamento da capital. Os demais municípios paulistas são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-SP).

Se nos Estados onde os municípios são fiscalizados pelos tribunais de contas estaduais tudo funciona muito bem, não há motivos para acreditar que em **Goiás** possa haver prejuízo no controle externo dos municípios se o TCM for extinto. Com toda aquela pompa e suntuosidade da nova sede do **TCE**-GO, também não há dúvidas de que as atividades do TCM certamente serão bem desenvolvidas ali.

E a economia que será feita neste caso fará um grande bem ao caixa do Tesouro estadual.

Em **Goiás** não se questiona a importância dos serviços prestados pelo TCM. Mas isso não o torna indispensável nem muito menos insubstituível, principalmente quando se trata da adoção de medidas de racionalização e economicidade no serviço público. O tribunal conta com um excelente corpo técnico formado ao longo de décadas. Com o apoio de sua competente assessoria técnica, todo o colegiado acaba fazendo um bom trabalho, mesmo aqueles conselheiros desprovidos de "notórios conhecimentos" em áreas vitais para a atividade fim da instituição: contábil, econômica e jurídica. O TCM, contudo, tem peso considerável no bolso dos contribuintes no orçamento estadual.

O que tem deixado o TCM mal na foto nestas últimas décadas são as pressões externas, que beiram uma espécie de "vale-tudo", por indicações para os cargos de conselheiros. É pressão dos dois lados: dos que querem entrar, contra a resistência dos que não querem sair; e dos que tentam protelar a permanência ali por mais tempo e usufruir das benesses do cargo, além dos altos proventos.

Existe sempre uma longa fila de pretendentes aqui fora sonhando em ser conselheiros, principalmente de políticos em fim de carreira, com boa proteção política, em busca de gordos salários que lhes garantam tranquilidade para o resto de suas vidas.

Mas essa prática não ocorre apenas em **Goiás**, mas em todos os Estados, quanto aos TCEs.

Fachada do Tribunal de Contas dos Municípios: trabalho de fiscalização pode ser feito pelo **TCE**, levando à economia de preciosos recursos públicos

Conquistar vaga de **conselheiro** é "briga para cachorro grande"

O povão não tem a menor ideia das pressões por abertura de vagas nos tribunais de contas.

É "briga de cachorro grande", como diz o ditado, para alguém ser indicado a cargo de **conselheiro** nestes órgãos.

Durante os governos do PSDB, houve alguns momentos de tensão por abertura de vagas no TCM. A pressão do Palácio das Esmeraldas pelas aposentadorias dos então conselheiros Jossivani Oliveira e Paulo Ortegal, em 2013, e de Honor Cruvinel, em 2016, foi traumática.

Diante da resistência de Honor em requerer a aposentadoria, o governo fez chegar ao tribunal a informação de que repousava sobre a mesa do então governador Marconi Perillo uma PEC pronta para ser encaminhada à Assembleia, extinguindo o tribunal, caso Honor continuasse resistindo à aposentadoria.

Temendo a extinção do órgão e muitos perderem o emprego, funcionários do tribunal começaram a se

mobilizar no trabalho de convencimento do **conselheiro** para concordar em "vestir o pijama" da aposentadoria. Não houve alternativa, Honor Cruvinel acabou cedendo às pressões e se aposentou no início de dezembro de 2016. Dias depois, o ex-deputado Valcenor Braz (PSDB) foi nomeado para a vaga.

Contrariado com a forma como se deu sua aposentadoria no TCM, Honor Cruvinel, que sempre foi filiado ao PSDB, se filiou ao MDB de Iris Rezende e de Maguito Vilela, numa clara demonstração de insatisfação com a cúpula tucana.

Agora, o difícil mesmo é acreditar que a Assembleia Legislativa se encoraje de verdade algum dia a aprovar a extinção do TCM, proposta pelo deputado Henrique Arantes (MDB) e em tramitação neste momento, sabendo que o órgão pode ser o futuro de muitos deles ao final de seus mandatos. Com cargos vitalícios e polpudos vencimentos.

(D.O.)

PEC apresentada pelo deputado Henrique Arantes (MDB) extinguindo o TCM está em tramitação na Assembleia

Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no2705/

Tribunais de Contas dos estados veem "confusão" em pedido da CPI sobre uso de recursos federais

Marcio Martins martins

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar respostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

Confusão normativa

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

São Paulo e Goiás

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas."

Outro foco

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação.

Em outra frente, as Diretorias Gerais das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

FONTE: ESTADÃO CONTEÚDO

Site: https://folharondoniense.com.br/geral/tribunais-de-contas-dos-estados-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais/

Tribunais de Contas estão em dificuldade para elaborar respostas à CPI da Covid-19

De Brasília

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar respostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

Confusão normativa

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

São Paulo e Goiás

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a

regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas.

Outro foco

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação.

Em outra frente, as Diretorias Gerais das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais. As informações são do Estadão.

Site:
http://www.conjunturaonline.com.br/noticia/politica/tribunais-de-contas-estao-em-dificuldade-para-elaborar-respostas-a-cpi-da-covid19

Três novas linhas de ônibus passam a circular na região Leste de Goiânia

A Redação

Goiânia - Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) anunciou nesta segunda-feira (17/5) três novas linhas de ônibus que vão operar a partir desta quarta-feira (19/5) na região Leste de **Goiânia**. O objetivo é melhorar os deslocamentos dos passageiros, que poderão passar agora pelo Terminal Novo Mundo.

Atualmente, os setores Negrão de Lima, Santa Genoveva e o Conjunto Caiçara são atendidos por linhas que têm o Terminal Praça da Bíblia como ligação. Com as novas linhas, os passageiros terão uma nova opção. Confira:

Linha 220

Vai operar no período da manhã, das 5h40 às 8h40, saindo Terminal Novo Mundo, Av. Buenos Aires, Av. Campos Elísios, Av. Manchester, Av. Hamburgo, Av. Leste Oeste, Rua 402, Rua 42 para seguir pela Avenida Maria Bernadete; Rua Lauro Jacques; Rua Maria Alice; Avenida Vereador José Monteiro; Avenida Meia Ponte. Na volta o ônibus seguirá pela Avenida das Indústrias; Rio Branco; Rua da Divisa; Avenida Ubirajara Berocan Leite; BR-153; Avenida Governador José Ludovico de Almeida; Rua Abel Rodrigues; Avenida Anápolis; Avenida Manchester; Avenida Campos Elísios; Avenida Buenos Aires até o Terminal Novo Mundo.

Linha 221

Esta linha sairá do Terminal Novo Mundo seguindo pelo **TCE** até os setores Santa Genoveva e Negrão de Lima. Seguirá pelas avenidas Buenos Aires; Campos Elísios; Machester; Avenida Anápolis até a Rua Abel Rodrigues passando pelo viaduto da BR-153 para continuar pela Avenida Ubirajara Berocan Leite até o **TCE** e assim chegar à Avenida São Francisco. Na volta o ônibus segue pela Avenida Meia Ponte; Avenida Vereador José Monteiro; 5ª Avenida; Avenida 1; Rua 257 (Pecuária); 5ª Avenida; Rua Maria Alice; Rua Comendador Negrão de Lima; Rua 206-A ; Rua 258; Rua 402; Av. Leste Oeste; Avenida Buenos Aires e Terminal Novo Mundo.

Linha 222

Esse atendimento vem reforçar viagens para os condomínios Alphaville Flamboyant e Portal do Sol e vai operar das 6h às 17h15. Sairá do Terminal Novo Mundo; Avenida Buenos Aires; Rua Blandina Garcia, Avenida Acary Passos; Rua MA-10; Rua Rio das Garças; Avenida Gameleiras; Avenida Mambaí; Avenida Alphaville Flamboyant com retorno pelo Viaduto Alphaville e avenidas Guarinos; Ayrton Senna e Santa Bárbara. Na volta o itinerário fica pelas avenidas Ayrton Senna; Guarinos; Alphaville Flamboyant e Mambaí e pelas ruas Rio das Garças e MA-10 para chegar ao Terminal Novo Mundo.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/151002/tres-novas-linhas-de-onibus-passam-a-circular-na-regiao-leste-de-goiania

Região Leste recebe três novas linhas de ônibus a partir de quarta-feira, 19

Luiza Lopes

De acordo com a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), a partir de quarta-feira, 19, a região Leste de **Goiânia** receberá três novas linhas de ônibus: a 220 (Terminal Novo Mundo/Avenida Leste- Oeste/Santa Genoveva); 221 (Terminal Novo Mundo / **TCE** / Santa Genoveva) e a 222 (Terminal Novo Mundo / Aruanã / Portal do Sol). As novas linhas foram criadas para melhorar os deslocamentos dos passageiros, tendo como integração o terminal Novo Mundo.

Atualmente os setores Negrão de Lima, Santa Genoveva e o Conjunto Caiçara são atendidos pelas linhas 263 (T. Bíblia / PC Campus, 264 -T. Bíblia / Setor Jaó / Santa Genoveva) e 254 (T. Bíblia / Caiçara), com ligação ao Terminal Praça da Bíblia.

Linha 220

A linha 220 vai operar no período da manhã, das 5h40 às 8h40, saindo Terminal Novo Mundo, Av. Buenos Aires, Av. Campos Elísios, Av. Manchester, Av. Hamburgo, Av. Leste Oeste, Rua 402, Rua 42 para seguir pela Avenida Maria Bernadete; Rua Lauro Jacques; Rua Maria Alice; Avenida Vereador José Monteiro; Avenida Meia Ponte. Na volta o ônibus seguirá pela Avenida das Indústrias; Rio Branco; Rua da Divisa; Avenida Ubirajara Berocan Leite; BR-153; Avenida Governador José Ludovico de Almeida; Rua Abel Rodrigues; Avenida Anápolis; Avenida Manchester; Avenida Campos Elísios; Avenida Buenos Aires até o Terminal Novo Mundo.

Linha 221

Esta linha sairá do Terminal Novo Mundo seguindo pelo **TCE** até os setores Santa Genoveva e Negrão de Lima. Seguirá pelas avenidas Buenos Aires; Campos Elísios; Machester; Avenida Anápolis até a Rua Abel Rodrigues passando pelo viaduto da BR-153 para continuar pela Avenida Ubirajara Berocan Leite até o **TCE** e assim chegar à Avenida São Francisco. Na volta o ônibus segue pela Avenida Meia Ponte; Avenida Vereador José Monteiro; 5ª Avenida; Avenida 1; Rua 257 (Pecuária); 5ª Avenida; Rua Maria Alice; Rua Comendador Negrão de Lima; Rua 206-A ; Rua 258; Rua 402; Av. Leste Oeste; Avenida Buenos Aires e Terminal Novo Mundo.

Linha 222

Esse atendimento vem reforçar viagens para os condomínios Alphaville Flamboyant e Portal do Sol e vai operar das 6h às 17h15. Sairá do Terminal Novo Mundo; Avenida Buenos Aires; Rua Blandina Garcia, Avenida Acary Passos; Rua MA-10; Rua Rio das Garças; Avenida Gameleiras; Avenida Mambaí; Avenida Alphaville Flamboyant com retorno pelo Viaduto Alphaville e avenidas Guarinos; Ayrton Senna e Santa Bárbara. Na volta o itinerário fica pelas avenidas Ayrton Senna; Guarinos; Alphaville Flamboyant e Mambaí e pelas ruas Rio das Garças e MA-10 para chegar ao Terminal Novo Mundo.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/regiao-leste-recebe-tres-novas-linhas-de-onibus-a-partir-de-quarta-feira-19-329509/

PEC que acaba com o TCM em Goiás corre risco de perder assinaturas na Assembleia

"Só pressão", garante uma fonte ligada à **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). De acordo com esse interlocutor, com o anúncio da aposentadoria do **conselheiro** Nilo Resende , e a possibilidade da **Alego** indicar o deputado Humberto Aidar (MDB) para o cargo, o próximo passo deve ser a retirada das assinaturas do projeto ou a retirada pelo próprio autor, Henrique Arantes (MDB).

De acordo com essa fonte, na sessão da última quinta-feira (13), já não havia mais clima para tocar o projeto. Nesta terça, o "desânimo" deve se confirmar.

Vale lembrar, na última quarta-feira (12), o TCM-GO publicou resolução administrativa que aprovou a aposentadoria do **conselheiro** Nilo Sérgio de Resende Neto, de 62 anos . Entre os cotados para substituí-lo, o secretário de Governo, Ernesto Roller, e o deputado estadual Humberto Aidar - este último, parece levar vantagem.

Indicação

A indicação oficial de um novo **conselheiro** parte da Assembleia Legislativa, onde tramita a PEC, e, depois ocorre a sabatina, que aprova ou não o novo ocupante do cargo. No mesmo dia, deputado Tião Caroço (DEM) saiu em defesa do nome de Aidar. "Ele vai preencher todos os requisitos de um grande **conselheiro**. É um homem honrado, digno e preparado. É motivo de muito orgulho para todos nós."

Nilo, destaca-se, estava no TCM desde 2013. A resolução administrativa que aprovou o pedido da aposentadoria voluntária considerou o "tempo de contribuição, idade, dentre outros". Ele, se quisesse, poderia seguir até os 75 anos para deixar o cargo, por meio de aposentadoria compulsória.

O pedido, vale lembrar, teve como relator o **conselheiro** Francisco José Ramos. Todos os demais acompanharam o parecer.

PEC

A PEC que prevê a extinção do órgão foi apresentada em 27 de abril pelo deputado estadual Henrique Arantes com 26 assinaturas . Desde o começo das discussões, prefeitos, entidades e deputados se manifestaram contrários e favoráveis à proposta. O TCM, por sua vez, sempre reforçou que o órgão não é caro, nem ineficiente.

O tribunal é responsável pela fiscalização dos 246 municípios goianos (Prefeituras e Câmaras Municipais), empresas públicas, fundações, autarquias, institutos de previdência, Fundos Municipais de Saúde; Fundos municipais de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, de habitação de interesse social, de educação e de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Ao todo, segundo o TCM, são 1.900 entidades avaliadas com base na transparência e nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por meio de nota, ao portal, o tribunal disse que não é ineficiente e nem caro. Atualmente, o custeio mensal do órgão é de R$ 530 mil, mais 9,650 milhões em servidores ativos e R$ 5,7 milhões de inativos.

"Seu custo não chega a 0,5% (meio por cento) do orçamento do Estado de **Goiás**. A propalada redução de custo seria pífia." Com a extinção do órgão, os servidores seriam remanejados, por exemplo, para o **TCE**. "A solução de continuidade seria gigantesca e danosa à sociedade. O Estado consumirá tempo e recursos para absorver a estrutura e a expertise que o TCM detém para lidar com a gestão municipal", adverte.

Vale lembrar, em 2018 também houve a sugestão, por parte do ex-deputado estadual [hoje federal] José Nelto (Podemos), de extinguir o tribunal.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/pec-que-propoe-fim-do-tcm-em-goias-corre-risco-de-perder-assinaturas/

Região Leste de Goiânia ganha 3 novas linhas de ônibus

A Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) divulgou que a região Leste de **Goiânia** receberá, a partir da próxima quarta-feira (19), mais três novas linhas de ônibus, que serão integradas ao terminal do Novo Mundo: a 220 (Terminal Novo Mundo/Avenida Leste- Oeste/Santa Genoveva); 221 (Terminal Novo Mundo / **TCE** / Santa Genoveva) e a 222 (Terminal Novo Mundo / Aruanã / Portal do Sol).

O objetivo, conforme a entidade, é aprimorar o deslocamento dos passageiros. Atualmente os setores Negrão de Lima, Santa Genoveva e o Conjunto Caiçara são atendidos pelas linhas 263 (T. Bíblia / PC Campus, 264 -T. Bíblia / Setor Jaó / Santa Genoveva) e 254 (T. Bíblia / Caiçara), com ligação ao Terminal Praça da Bíblia.

Linha 220

Vai operar no período da manhã, das 5h40 às 8h40, saindo Terminal Novo Mundo, Av. Buenos Aires, Av. Campos Elísios, Av. Manchester, Av. Hamburgo, Av. Leste Oeste, Rua 402, Rua 42 para seguir pela Avenida Maria Bernadete; Rua Lauro Jacques; Rua Maria Alice; Avenida Vereador José Monteiro; Avenida Meia Ponte. Na volta o ônibus seguirá pela Avenida das Indústrias; Rio Branco; Rua da Divisa; Avenida Ubirajara Berocan Leite; BR-153; Avenida Governador José Ludovico de Almeida; Rua Abel Rodrigues; Avenida Anápolis; Avenida Manchester; Avenida Campos Elísios; Avenida Buenos Aires até o Terminal Novo Mundo.

Linha 221

Esta linha sairá do Terminal Novo Mundo seguindo pelo **TCE** até os setores Santa Genoveva e Negrão de Lima. Seguirá pelas avenidas Buenos Aires; Campos Elísios; Machester; Avenida Anápolis até a Rua Abel Rodrigues passando pelo viaduto da BR-153 para continuar pela Avenida Ubirajara Berocan Leite até o **TCE** e assim chegar à Avenida São Francisco. Na volta o ônibus segue pela Avenida Meia Ponte; Avenida Vereador José Monteiro; 5ª Avenida; Avenida 1; Rua 257 (Pecuária); 5ª Avenida; Rua Maria Alice; Rua Comendador Negrão de Lima; Rua 206-A ; Rua 258; Rua 402; Av. Leste Oeste; Avenida Buenos Aires e Terminal Novo Mundo.

Linha 222

Esse atendimento vem reforçar viagens para os condomínios Alphaville Flamboyant e Portal do Sol e vai operar das 6h às 17h15. Sairá do Terminal Novo Mundo; Avenida Buenos Aires; Rua Blandina Garcia, Avenida Acary Passos; Rua MA-10; Rua Rio das Garças; Avenida Gameleiras; Avenida Mambaí; Avenida Alphaville Flamboyant com retorno pelo Viaduto Alphaville e avenidas Guarinos; Ayrton Senna e Santa Bárbara. Na volta o itinerário fica pelas avenidas Ayrton Senna; Guarinos; Alphaville Flamboyant e Mambaí e pelas ruas Rio das Garças e MA-10 para chegar ao Terminal Novo Mundo.

Site:
http://daqui.opopular.com.br//editorias/geral/regi%C3%A3o-leste-de-goi%C3%A2nia-ganha-3-novas-linhas-de-%C3%B4nibus-1.2251892

Região Leste de Goiânia terá três novas linhas de ônibus

Por: Luan Monteiro

A Rede Metropolitana de Transportes Coletivos (RMTC) passa a ter três novas linhas de atendimento a partir desta quarta-feira (19/05). As novas linhas serão a 220 (Terminal Novo Mundo/Avenida Leste-Oeste/Santa Genoveva); 221 (Terminal Novo Mundo / TCE / Santa Genoveva) e 222 (Terminal Novo Mundo / Aruanã / Portal do Sol).

Segundo a RMTC, as novas linhas foram criadas para melhorar os deslocamentos na região Leste tendo como integração o terminal Novo Mundo; atualmente os setores Negrão de Lima, o Santa Genoveva e o Conjunto Caiçara são atendidos pelas linhas 263, 264 e 254. Esse reforço deve melhorar os desejos de viagens a estes bairros e ao **Tribunal de Contas do Estado** (TCE).

Plano Operacional

A linha 220 vai operar no período da manhã das 5h40 às 8h40, saindo da Rua 42 para seguir pela Avenida Maria Bernadete; Rua Lauro Jacques; Rua Maria Alice; Avenida Vereador José Monteiro; Avenida Meia Ponte. Na volta o ônibus seguirá pela Avenida das Indústrias; Rio Branco; Rua da Divisa; Avenida Ubirajara Berocan Leite; BR-153; Avenida Governador José Ludovico de Almeida; Rua Abel Rodrigues; Avenida Anápolis; Avenida Manchester; Avenida Campos Elísios; Avenida Buenos Aires até o Terminal Novo Mundo.

Nessa operação terá outra linha fazendo o sentido inverso do feito pela 220, que é a 221. Esta linha sairá do Conjunto Caiçara seguindo pelo TCE até os setores Santa Genoveva e Negrão de Lima. Pelo novo trajeto, a linha 221 sairá do Terminal Novo Mundo para seguir pelas avenidas Buenos Aires; Campos Elísios; Machester; Avenida Anápolis até a Rua Abel Rodrigues passando pelo viaduto da BR-153 para continuar pela Avenida Ubirajara Berocan Leite até o TCE e assim chegar à Avenida São Francisco. Na volta o ônibus segue pela Avenida Meia Ponte; Avenida Vereador José Monteiro; 5ª Avenida; Avenida 1; Rua 257 (Pecuária); 5ª Avenida; Rua Maria Alice; Rua Comendador Negrão de Lima; Rua 206-A; Rua 258; Rua 402; Av. Leste Oeste; Avenida Buenos Aires e Terminal Novo Mundo.

Por fim, a linha 222 deve reforçar atendimento para os condomínios Alphaville Flamboyant e Portal do Sol e deve operar das 06h às 17h15. A linha sairá do Terminal Novo Mundo; Avenida Buenos Aires; Rua Blandina Garcia, Avenida Acary Passos; Rua MA-10; Rua Rio das Garças; Avenida Gameleiras; Avenida Mambaí; Avenida Alphaville Flamboyant com retorno pelo Viaduto Alphaville e avenidas Guarinos; Ayrton Senna e Santa Bárbara. Na volta o itinerário ficou pelas avenidas Ayrton Senna; Guarinos; Alphaville Flamboyant e Mambaí e pelas ruas Rio das Garças e MA-10 para chegar ao Terminal Novo Mundo.

Site:
https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1312381/t/regiao-leste-de-goiania-tera-tres-novas-linhas-de-onibus/

Região Leste ganha três novas linhas de ônibus

A partir de quarta-feira (19/5) a região Leste de **Goiânia** passa a ter três novas linhas de ônibus: a 220 (Terminal Novo Mundo/Avenida Leste- Oeste/Santa Genoveva); 221 (Terminal Novo Mundo / **TCE** / Santa Genoveva) e a 222 (Terminal Novo Mundo / Aruanã / Portal do Sol). As novas linhas foram criadas para melhorar os deslocamentos dos passageiros, tendo como integração o terminal Novo Mundo.

Atualmente os setores Negrão de Lima, Santa Genoveva e o Conjunto Caiçara são atendidos pelas linhas 263 (T. Bíblia / PC Campus, 264 -T. Bíblia / Setor Jaó / Santa Genoveva) e 254 (T. Bíblia / Caiçara), com ligação ao Terminal Praça da Bíblia.

Linha 220

Vai operar no período da manhã, das 5h40 às 8h40, saindo Terminal Novo Mundo, Av. Buenos Aires, Av. Campos Elísios, Av. Manchester, Av. Hamburgo, Av. Leste Oeste, Rua 402, Rua 42 para seguir pela Avenida Maria Bernadete; Rua Lauro Jacques; Rua Maria Alice; Avenida Vereador José Monteiro; Avenida Meia Ponte. Na volta o ônibus seguirá pela Avenida das Indústrias; Rio Branco; Rua da Divisa; Avenida Ubirajara Berocan Leite; BR-153; Avenida Governador José Ludovico de Almeida; Rua Abel Rodrigues; Avenida Anápolis; Avenida Manchester; Avenida Campos Elísios; Avenida Buenos Aires até o Terminal Novo Mundo.

Linha 221

Esta linha sairá do Terminal Novo Mundo seguindo pelo **TCE** até os setores Santa Genoveva e Negrão de Lima. Seguirá pelas avenidas Buenos Aires; Campos Elísios; Machester; Avenida Anápolis até a Rua Abel Rodrigues passando pelo viaduto da BR-153 para continuar pela Avenida Ubirajara Berocan Leite até o **TCE** e assim chegar à Avenida São Francisco. Na volta o ônibus segue pela Avenida Meia Ponte; Avenida Vereador José Monteiro; 5ª Avenida; Avenida 1; Rua 257 (Pecuária); 5ª Avenida; Rua Maria Alice; Rua Comendador Negrão de Lima; Rua 206-A ; Rua 258; Rua 402; Av. Leste Oeste; Avenida Buenos Aires e Terminal Novo Mundo.

Linha 222

Esse atendimento vem reforçar viagens para os condomínios Alphaville Flamboyant e Portal do Sol e vai operar das 6h às 17h15. Sairá do Terminal Novo Mundo; Avenida Buenos Aires; Rua Blandina Garcia, Avenida Acary Passos; Rua MA-10; Rua Rio das Garças; Avenida Gameleiras; Avenida Mambaí; Avenida Alphaville Flamboyant com retorno pelo Viaduto Alphaville e avenidas Guarinos; Ayrton Senna e Santa Bárbara. Na volta o itinerário fica pelas avenidas Ayrton Senna; Guarinos; Alphaville Flamboyant e Mambaí e pelas ruas Rio das Garças e MA-10 para chegar ao Terminal Novo Mundo.

Site: https://diariodeaparecida.com.br/regiao-leste-ganha-tres-novas-linhas-de-onibus/

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Redação ABCdoABC

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril . Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo . Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase , bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo a reportagem apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo , ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R $ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica , o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia,

tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site: http://www.abcdoabc.com.br/brasil-mundo/noticia/tcs-veem-confusao-pedido-cpi-sobre-uso-recursos-federais-pandemia-124025

TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais

Leia também

Veja também

Cupom Americanas app primeira compra 10% de desconto

Cupom Submarino: confira todos neste link!

Cupom Casas Bahia até 80% Off: todos os códigos nesse link!

Cupom de desconto Extra 22% Off em notebooks

Cupom Ponto Frio: até 20% Off ! Todos os códigos nesse link !

Cupom de desconto Polishop: 5% Off em todo o site

Promoção relâmpago: 45% Off + código promocional Wish

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar respostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

Leia mais: Renan em ofício ao STF: 'Silêncio de Pazuello pode prejudicar CPI'

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

Confusão normativa

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas**

de Goiás, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

São Paulo e Goiás

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas."

Outro foco

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação.

Em outra frente, as Diretorias Gerais das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

Site: http://noticias.r7.com/brasil/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-17052021

TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para

essas despesas."

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site:
https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/05/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia-ckoswrmkt002z01gt00m5l6ml.html

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas

despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site: http://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/05/17/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia.htm

TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para

essas despesas."

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site: https://cgn.inf.br/noticia/422367/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas

despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto,

nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site: https://www.dgabc.com.br/Noticia/3722607/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia

TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Estadão Conteúdo

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

Site: https://www.dinheirorural.com.br/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia/

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Estadão Conteúdo

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos

recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site:
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/17/interna_politica,1267438/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pand.shtml

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas

despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site: http://fasternet.com.br/post.php?a=170736

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Rayssa Motta e Fausto Macedo

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos

recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/05/17/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia.htm

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Da Redação

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos

recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site: http://tnonline.uol.com.br/noticias/politica/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia-531355

Tribunais de Contas vêem 'confusão' em pedido da CPI da Covid sobre uso de recursos federais na pandemia

Rayssa Motta e Fausto Macedo

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A

Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas."

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site: https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/tribunais-de-contas-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-da-covid-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia/

Extinção do TCM reduz despesas e não vai prejudicar as prefeituras

Não é verdadeira a afirmação de que uma eventual extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) pela Assembleia Legislativa causaria prejuízos ao controle externo das administrações municipais. Tanto que atualmente só existe TCM em três Estados: **Goiás**, Bahia e Pará. Eram quatro, mas o do Ceará foi extinto em 2017. Suas atribuições foram assumidas pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-CE) e os conselheiros, colocados em disponibilidade até adquirirem o direito de se aposentar.

E segundo informações obtidas junto a dois técnicos do **TCE**-CE, o trabalho de fiscalização das contas dos municípios cearenses pelo órgão está indo bem, embora ainda em fase de adaptação e organização. Em São Paulo também existe TCM, mas para fiscalizar as contas apenas da cidade de São Paulo. O TCM-SP é custeado pelo orçamento da capital. Os demais municípios paulistas são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-SP).

Se nos Estados onde os municípios são fiscalizados pelos tribunais de contas estaduais tudo funciona muito bem, não há motivos para acreditar que em **Goiás** possa haver prejuízo no controle externo dos municípios se o TCM for extinto. Com toda aquela pompa e suntuosidade da nova sede do **TCE**-GO, também não há dúvidas de que as atividades do TCM certamente serão bem desenvolvidas ali. E a economia que será feita neste caso fará um grande bem ao caixa do Tesouro estadual.

Em **Goiás** não se questiona a importância dos serviços prestados pelo TCM. Mas isso não o torna indispensável nem muito menos insubstituível, principalmente quando se trata da adoção de medidas de racionalização e economicidade no serviço público. O tribunal conta com um excelente corpo técnico formado ao longo de décadas.

Com o apoio de sua competente assessoria técnica, todo o colegiado acaba fazendo um bom trabalho, mesmo aqueles conselheiros desprovidos de "notórios conhecimentos" em áreas vitais para a atividade fim da instituição: contábil, econômica e jurídica. O TCM, contudo, tem peso considerável no bolso dos contribuintes no orçamento estadual.

O que tem deixado o TCM mal na foto nestas últimas décadas são as pressões externas, que beiram uma espécie de "vale-tudo", por indicações para os cargos de conselheiros. É pressão dos dois lados: dos que querem entrar, contra a resistência dos que não querem sair; e dos que tentam protelar a permanência ali por mais tempo e usufruir das benesses do cargo, além dos altos proventos.

Existe sempre uma longa fila de pretendentes aqui fora sonhando em ser conselheiros, principalmente de políticos em fim de carreira, com boa proteção política, em busca de gordos salários que lhes garantam tranquilidade para o resto de suas vidas. Mas essa prática não ocorre apenas em **Goiás**, mas em todos os Estados, quanto aos TCEs.

O povão não tem a menor ideia das pressões por abertura de vagas nos tribunais de contas. É "briga de cachorro grande", como diz o ditado, para alguém ser indicado a cargo de **conselheiro** nestes órgãos. Durante os governos do PSDB, houve alguns momentos de tensão por abertura de vagas no TCM. A pressão do Palácio das Esmeraldas pelas aposentadorias dos então conselheiros Jossivani Oliveira e Paulo Ortegal, em 2013, e de Honor Cruvinel, em 2016, foi traumática.

Diante da resistência de Honor em requerer a aposentadoria, o governo fez chegar ao tribunal a informação de que repousava sobre a mesa do então governador Marconi Perillo uma PEC pronta para ser encaminhada à Assembleia, extinguindo o tribunal, caso Honor continuasse resistindo à aposentadoria.

Temendo a extinção do órgão e muitos perderem o emprego, funcionários do tribunal começaram a se mobilizar no trabalho de convencimento do **conselheiro** para concordar em "vestir o pijama" da aposentadoria. Não houve alternativa, Honor Cruvinel acabou cedendo às pressões e se aposentou no início de dezembro de 2016. Dias depois, o ex-deputado Valcenor Braz (PSDB) foi nomeado para a vaga.

Contrariado com a forma como se deu sua aposentadoria no TCM, Honor Cruvinel, que sempre foi filiado ao PSDB, se filiou ao MDB de Iris Rezende e de Maguito Vilela, numa clara demonstração de insatisfação com a cúpula tucana.

Agora, o difícil mesmo é acreditar que a Assembleia Legislativa se encoraje de verdade algum dia a

aprovar a extinção do TCM, proposta pelo deputado Henrique Arantes (MDB) e em tramitação neste momento, sabendo que o órgão pode ser o futuro de muitos deles ao final de seus mandatos. Com cargos vitalícios e polpudos vencimentos. (D.O.)

Site: https://diariodeaparecida.com.br/extincao-do-tcm-reduz-despesas-e-nao-vai-prejudicar-as-prefeituras/

Assembleia espera poeira baixar para levar adiante indicação de Aidar ao TCM

Apesar de a consolidação da aposentadoria do **conselheiro** Nilo Resende estar prevista para o início desta semana, com a publicação no Diário Oficial do Estado, não há previsão de data para a indicação do deputado estadual Humberto Aidar para a vaga aberta no Tribunal de Contas dos Municípios.

Nos bastidores, parlamentares afirmam que o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), pretende deixar a poeira baixar para minimizar os desgastes provocados pela percepção de que a PEC apresentada para extinguir o órgão foi criada exclusivamente com o objetivo de pressionar.

A tendência, dizem deputados, é rejeitar a proposta sem pressa, inclusive com a realização de pelo menos uma audiência pública. "Os órgãos (estaduais) e vários prefeitos estão todos contrários. Isso ajuda a criar o clima para a rejeição", avalia um deles. O primeiro capítulo dessa agenda deve ser uma reunião de Lissauer com **Edson Ferrari**, prevista para breve.

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado** vai mostrar estudo que aponta a incapacidade de absorver a estrutura de pessoal do tribunal, que já não está mais sob ameaça.

Deputados ressaltam que não há prazo para o preenchimento da vaga de **conselheiro** do TCM e que isso só vai acontecer após o término da tramitação da PEC. Até lá, o tribunal deve ficar com um **conselheiro** substituto.

A tendência é de que a data da audiência pública seja definida após o dia 26, quando termina o prazo de 10 sessões para o início da tramitação da PEC.

Site: http://verdevale103.com.br/noticia-1528103647-assembleia-espera-poeira-baixar-para-levar-adiante-indicacao-de-aidar-ao-tcm

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para

essas despesas."

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Rayssa Motta e Fausto Macedo

Estadao Conteudo

Copyright © 2021 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

O conteúdo do AQUINOTICIAS.COM é protegido pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não é permitida a sua reprodução total ou parcial sob pena de responder judicialmente nas formas da lei. Em caso de dúvidas, entre em contato: .

Site:
https://www.aquinoticias.com/2021/05/20210517145504-tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia/

CMTC cria três novas linhas para a região leste de Goiânia

A Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) anunciou a criação de três novas linhas para o transporte público de **Goiânia**. Tratam-se da 220, 221 e 222. Todas elas atenderão a região leste da capital.

A 220 faz o trajeto Terminal Novo Mundo/Avenida Leste- Oeste/Santa Genoveva). A 221 tem o roteiro Terminal Novo Mundo / **TCE** / Santa Genoveva; e a 222 - Terminal Novo Mundo / Aruanã / Portal do Sol.

Segundo a CMTC, as novas linhas foram criadas para melhorar os deslocamentos na região Leste tendo como integração o terminal Novo Mundo; atualmente os setores Negrão de Lima, o Santa Genoveva e o Conjunto Caiçara são atendidos pelas linhas 263 - T. Bíblia / PC Campus, 264 - T. Bíblia / Setor Jaó / Santa Genoveva e 254 - T. Bíblia / Caiçara com ligação ao Terminal Praça da Bíblia.

Operação

A linha 220 vai operar no período da manhã das 5h40 às 8h40, saindo da Rua 42 para seguir pela Avenida Maria Bernadete; Rua Lauro Jacques; Rua Maria Alice; Avenida Vereador José Monteiro; Avenida Meia Ponte. Na volta o ônibus seguirá pela Avenida das Indústrias; Rio Branco; Rua da Divisa; Avenida Ubirajara Berocan Leite; BR-153; Avenida Governador José Ludovico de Almeida; Rua Abel Rodrigues; Avenida Anápolis; Avenida Manchester; Avenida Campos Elísios; Avenida Buenos Aires até o Terminal Novo Mundo.

Com isso, haverá outra linha fazendo o sentido inverso realizado pela 220, que é a 221- Terminal Novo Mundo/**TCE**/Santa Genoveva. Esta linha sairá do Conjunto Caiçara seguindo pelo **TCE** até os setores Santa Genoveva e Negrão de Lima.

Pelo novo trajeto, a linha 221 sairá do Terminal Novo Mundo para seguir pelas avenidas Buenos Aires; Campos Elísios; Machester; Avenida Anápolis até a Rua Abel Rodrigues passando pelo viaduto da BR-153 para continuar pela Avenida Ubirajara Berocan Leite até o **TCE** e assim chegar à Avenida São Francisco. Na volta o ônibus segue pela Avenida Meia Ponte; Avenida Vereador José Monteiro; 5ª Avenida; Avenida 1; Rua 257 (Pecuária); 5ª Avenida; Rua Maria Alice; Rua Comendador Negrão de Lima; Rua 206-A ; Rua 258; Rua 402; Av. Leste Oeste; Avenida Buenos Aires e Terminal Novo Mundo.

Site: https://diariodegoias.com.br/cmtc-cria-tres-novas-linhas-para-a-regiao-leste-de-goiania/

TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar respostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

Confusão normativa

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

São Paulo e Goiás

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid.

Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas."

Outro foco

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação.

Em outra frente, as Diretorias Gerais das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Fonte: Agência Brasil

Site: https://oquartopoder.com/brasil/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais/

CMTC cria três novas linhas de transporte coletivo na Região Leste

A Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC) vai colocar em funcionamento três novas linhas de ônibus na região Leste de **Goiânia**. A partir de quarta-feira, 19, a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC) terá o acréscimo das linhas: 220, 221 e 222, todas com ponto de integração no Terminal Novo Mundo.

O itinerário da linha 220 contempla o Terminal Novo Mundo, Avenida Leste-Oeste e o Setor Santa Genoveva. No sentido inverso, o usuário do transporte coletivo terá a linha 221 - Terminal Novo Mundo, **TCE**, Santa Genoveva. Por fim, a 222 também terá como ponto de partida o Terminal Novo Mundo, passando pelo Cojunto Aruanã, até o Condomínio Portal do Sol.

As novas linhas foram criadas para melhorar os deslocamentos na Região Leste de **Goiânia**, tendo como integração o Terminal Novo Mundo. Atualmente, bairros como Santa Genoveva, Negrão de Lima e Conjunto Caiçara são atendidos pelas 263 (Campus), 264 (Jaó), e 254 (Caiçara), todas com integração no Terminal da Praça da Bíblia.

Site: http://www.podergoias.com.br/materia/4969/cmtc-cria-tres-novas-linhas-de-transporte-coletivo-na-regiao-leste

Região Leste recebe três novas linhas de ônibus a partir de quarta-feira, 19

As novas linhas foram criadas para melhorar os deslocamentos dos passageiros, tendo como integração o terminal Novo Mundo

De acordo com a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), a partir de quarta-feira, 19, a região Leste de **Goiânia** receberá três novas linhas de ônibus: a 220 (Terminal Novo Mundo/Avenida Leste- Oeste/Santa Genoveva); 221 (Terminal Novo Mundo / **TCE** / Santa Genoveva) e a 222 (Terminal Novo Mundo / Aruanã / Portal do Sol). As novas linhas foram criadas para melhorar os deslocamentos dos passageiros, tendo como integração o terminal Novo Mundo.

Atualmente os setores Negrão de Lima, Santa Genoveva e o Conjunto Caiçara são atendidos pelas linhas 263 (T. Bíblia / PC Campus, 264 -T. Bíblia / Setor Jaó / Santa Genoveva) e 254 (T. Bíblia / Caiçara), com ligação ao Terminal Praça da Bíblia.

Linha 220

A linha 220 vai operar no período da manhã, das 5h40 às 8h40, saindo Terminal Novo Mundo, Av. Buenos Aires, Av. Campos Elísios, Av. Manchester, Av. Hamburgo, Av. Leste Oeste, Rua 402, Rua 42 para seguir pela Avenida Maria Bernadete; Rua Lauro Jacques; Rua Maria Alice; Avenida Vereador José Monteiro; Avenida Meia Ponte. Na volta o ônibus seguirá pela Avenida das Indústrias; Rio Branco; Rua da Divisa; Avenida Ubirajara Berocan Leite; BR-153; Avenida Governador José Ludovico de Almeida; Rua Abel Rodrigues; Avenida Anápolis; Avenida Manchester; Avenida Campos Elísios; Avenida Buenos Aires até o Terminal Novo Mundo.

Linha 221

Esta linha sairá do Terminal Novo Mundo seguindo pelo **TCE** até os setores Santa Genoveva e Negrão de Lima. Seguirá pelas avenidas Buenos Aires; Campos Elísios; Machester; Avenida Anápolis até a Rua Abel Rodrigues passando pelo viaduto da BR-153 para continuar pela Avenida Ubirajara Berocan Leite até o **TCE** e assim chegar à Avenida São Francisco. Na volta o ônibus segue pela Avenida Meia Ponte; Avenida Vereador José Monteiro; 5ª Avenida; Avenida 1; Rua 257 (Pecuária); 5ª Avenida; Rua Maria Alice; Rua Comendador Negrão de Lima; Rua 206-A ; Rua 258; Rua 402; Av. Leste Oeste; Avenida Buenos Aires e Terminal Novo Mundo.

Linha 222

Esse atendimento vem reforçar viagens para os condomínios Alphaville Flamboyant e Portal do Sol e vai operar das 6h às 17h15. Sairá do Terminal Novo Mundo; Avenida Buenos Aires; Rua Blandina Garcia, Avenida Acary Passos; Rua MA-10; Rua Rio das Garças; Avenida Gameleiras; Avenida Mambaí; Avenida Alphaville Flamboyant com retorno pelo Viaduto Alphaville e avenidas Guarinos; Ayrton Senna e Santa Bárbara. Na volta o itinerário fica pelas avenidas Ayrton Senna; Guarinos; Alphaville Flamboyant e Mambaí e pelas ruas Rio das Garças e MA-10 para chegar ao Terminal Novo Mundo.

Fonte

Site: https://portalnettoreis.com.br/2021/05/17/regiao-leste-recebe-tres-novas-linhas-de-onibus-a-partir-de-quarta-feira-19/

TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Por Agencia Estado

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da

aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas."

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Autor: Rayssa Motta e Fausto Macedo

Copyright © 2021 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Site: https://www.tribunadoagreste.com.br/2021/05/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia/

TCs veem 'confusão' em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Por Agencia Estado

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. "Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI", escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

"A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal", explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. "Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira", sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

"Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo", afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

"O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais", informou, em nota. "A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da

aplicação dos recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas."

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Autor: Rayssa Motta e Fausto Macedo

Copyright © 2021 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Site: https://www.tribunadosertao.com.br/2021/05/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia/

TCs veem confusão em pedido da CPI sobre uso de recursos federais na pandemia

Estadão Conteúdo

Depois de terem sido cobrados a apresentar dados para ajudar a CPI da Covid a investigar o uso de verbas federais por governadores e prefeitos na pandemia, os Tribunais de Contas estaduais e municipais têm encontrado dificuldade em elaborar repostas à comissão.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o requerimento em questão foi aprovado no final de abril. Na justificativa, ele afirma que as informações prestadas vão ajudar a acelerar o processo investigativo. Evitará que sejam duplicados esforços no sentido de se iniciarem investigações que já estão em curso, favorecendo, assim, a eficiência, tanto das Cortes de Contas quanto da própria CPI , escreveu.

O ofício pede a cópia integral de todas as investigações abertas nas Cortes de Contas, em qualquer fase, bem como de todos os relatórios de auditorias e inspeções sobre recursos federais repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios de até 200 mil habitantes para o enfrentamento do coronavírus, além dos bancos de dados criados eventualmente criados por órgãos policiais.

Segundo o Estadão apurou, alguns tribunais precisaram pedir mais prazo, ainda na semana passada, para levantar todas as informações. A janela inicial para resposta era de cinco dias. A principal dificuldade é que boa parte dos mais de R$ 70 bilhões repassados pelo governo federal para o combate da covid-19 foi transferida a título de auxílio, sem destinação específica, o que torna complexo o trabalho de rastreio. Na prática, os recursos foram incorporados aos caixas dos Estados e municípios sem um marcador orçamentário financeiro específico, daí a dificuldade de saber o que é, na origem, dinheiro federal.

Há ainda uma discussão travada entre o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a natureza jurídica dessas verbas. O TCU entende que o dinheiro é federal e, por isso, deve ser acompanhado pelos órgãos de fiscalização e controle em Brasília. Na outra ponta, a Secretaria do Tesouro considera que a verba passa a ser dos Estados após a transferência.

Durante a pandemia, o objetivo dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios tem sido monitorar a regularidade da aplicação dos recursos no enfrentamento da crise sanitária, sem distinção sobre a fonte que custeou as despesas.

A transferência está sendo de apoio e auxílio. Nestes casos, não tem como rastrear, porque mistura com os recursos estaduais e municipais. Vai ser dificílimo fazer esse trabalho, porque vai ser difícil rastrear os recursos. Como caiu no Tesouro Direto, não tem como identificar o que é arrecadação do Estado e o que é transferência em forma de auxílio pelo governo federal , explica o presidente do **Tribunal de Contas de Goiás**, Edson José Ferrari. Tem uma confusão normativa, tem uma confusão e tem uma confusão financeira , sintetiza.

Para tentar levantar os dados, Ferrari precisou entrar em contato com a Secretaria de Economia do Estado. A ideia é verificar se a pasta mantém um regime próprio de repartição dos recursos, que indique a origem dos gastos com a pandemia.

Nós vamos achar uma forma de fazer, só que o tempo foi muito exíguo , afirma o conselheiro, que estima haver pelo menos dez atos de fiscalização em curso sobre compras e contratações do governo de Goiás na pandemia.

Em análise preliminar, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que fiscaliza a capital paulista, concluiu que o requerimento tem abrangência maior que o objeto da CPI e entendeu que, sozinho, não é capaz de fazer o rastreamento do uso dos recursos repassados pela União. A Corte encontrou solução semelhante à adotada em Goiás: oficiou a Secretaria Municipal de Governo solicitando informações mais detalhadas a respeito da origem das verbas aplicadas no enfrentamento do coronavírus.

O pedido tem como objetivo obter o desmembramento das despesas efetuadas com recursos do próprio município de SP das demais, cobertas com recursos federais , informou, em nota. A Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP já realizou dezenas de trabalhos de fiscalização para verificar a regularidade dos gastos do município de São Paulo com o combate à pandemia do covid. Entretanto, nosso objetivo foi a regularidade da aplicação dos

recursos no combate à pandemia, sem focar especificamente na fonte dos recursos para essas despesas.

Os requerimentos às Cortes de Contas fazem parte de um movimento mais amplo para apurar o uso feito por gestores locais dos recursos federais na pandemia, tirando o foco do Planalto. Governadores e prefeitos também foram cobrados a apresentar todas as notas fiscais e de empenho e extratos e ordens bancárias relacionadas a compras e contratações para enfrentamento da crise sanitária, com ou sem licitação. Em outra frente, as Diretorias Gerias das Polícias Civil e Federal, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) foram acionadas para que compartilhem toda a documentação de inquéritos ou investigações, em qualquer fase, sobre a aplicação dos recursos federais.

Site:
http://www.vitorianews.com.br/politica/noticia/2021/05/tcs-veem-confusao-em-pedido-da-cpi-sobre-uso-de-recursos-federais-na-pandemia-423124.html

Assembleia espera poeira baixar para levar adiante indicação de Aidar ao TCM - GIRO

CAIO HENRIQUE SALGADO

Apesar de a consolidação da aposentadoria do **conselheiro** Nilo Resende estar prevista para o início desta semana, com a publicação no Diário Oficial do Estado, não há previsão de data para a indicação do deputado estadual Humberto Aidar para a vaga aberta no Tribunal de Contas dos Municípios. Nos bastidores, parlamentares afirmam que o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), pretende deixar a poeira baixar para minimizar os desgastes provocados pela percepção de que a PEC apresentada para extinguir o órgão foi criada exclusivamente com o objetivo de pressionar. A tendência, dizem deputados, é rejeitar a proposta sem pressa, inclusive com a realização de pelo menos uma audiência pública. "Os órgãos (estaduais) e vários prefeitos estão todos contrários. Isso ajuda a criar o clima para a rejeição", avalia um deles. O primeiro capítulo dessa agenda deve ser uma reunião de Lissauer com **Edson Ferrari**, prevista para breve. O presidente do **Tribunal de Contas do Estado** vai mostrar estudo que aponta a incapacidade de absorver a estrutura de pessoal do tribunal, que já não está mais sob ameaça.

Quando quiser

Deputados ressaltam que não há prazo para o preenchimento da vaga de **conselheiro** do TCM e que isso só vai acontecer após o término da tramitação da PEC. Até lá, o tribunal deve ficar com um **conselheiro** substituto.

Semana que vem

A tendência é de que a data da audiência pública seja definida após o dia 26, quando termina o prazo de 10 sessões para o início da tramitação da PEC.

Me dê motivos

Vereadores aguardam o reenvio da lista com 249 emendas impositivas rejeitadas por impedimento técnico. É que a mensagem do prefeito Rogério Cruz (Republicanos) chegou sem justificativas individualizadas.

Coletivo

O Paço decidiu encaminhar as emendas para os secretários justificarem os motivos. O novo documento deve conter as assinaturas de boa parte do secretariado de Cruz.

Vai se posicionar?

Os pré-candidatos da situação e da oposição a presidente da OAB Goiás estão de olho nos movimentos do Palácio das Esmeraldas. Todos desejam o apoio, declarado ou não, do governador Ronaldo Caiado e da sua filha, a advogada Anna Vitória. A última vez que o governo apoiou um candidato foi em 2015, quando Marconi Perillo (PSDB) trabalhou nos bastidores pela OAB Forte.

Diferenças

O Tribunal Regional da 18ª Região sedimentou em três decisões recentes o entendimento de que a aposentadoria compulsória aos 75 anos só vale para servidores efetivos e membros de Poderes e instituições específicos. Ou seja: empregados públicos submetidos ao regime geral de previdência são obrigados a aposentar aos 70 anos.

CLT

As três decisões são relativas a empregados da **Agência Brasil Central** (**ABC**) e acataram a tese da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Mantenha distância

Morador da Av. Padre Wendel, no Setor Aeroviário, instala placa para avisar que não gosta de cachorro. (Foto: Diomício Gomes / O Popular)

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/giro-1.145054/assembleia-espera-poeira-baixar-para-levar-adiante-indica%C3%A7%C3%A3o-de-aidar-ao-tcm-1.2251441